



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

EDITAL DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013

ANEXO IV

- a) **CONVÊNIO ICMS Nº 94 DE 22 DE SETEMBRO DE 2012, DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ), PUBLICADO NO DOU DE 04/10/2012 - AUTORIZA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL A CONCEDER ISENÇÃO DO ICMS NAS OPERAÇÕES COM BENS E MERCADORIAS DESTINADOS ÀS REDES DE TRANSPORTES PÚBLICOS SOBRE TRILHOS DE PASSAGEIROS.**
- b) **DECRETO ESTADUAL Nº 58.618 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012 - INTRODUZ ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO – RICMS**
- c) **PORTARIA CAT 03, DE 28 DE JANEIRO DE 2013 - DISCIPLINA O CONTROLE E AS CONDIÇÕES PARA A FRUIÇÃO DA ISENÇÃO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERNAS COM BENS E MERCADORIAS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DA LINHA 6 - LARANJA DA REDE DE TRANSPORTES METROFERROVIÁRIOS DE SÃO PAULO**



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

EDITAL DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013

a) CONVÊNIO ICMS Nº 94 DE 28/09/2012 (Federal)

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS nas operações com bens e mercadorias destinados às redes de transportes públicos sobre trilhos de passageiros.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 147ª reunião ordinária, realizada em Campo Grande, MS, no dia 28 de setembro de 2012, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira. Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a conceder isenção do ICMS relativo às operações internas e interestaduais, bem como ao diferencial de alíquotas, com bens e mercadorias destinados às redes de transportes públicos sobre trilhos de passageiros.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se na importação de produtos sem similar produzidos no País, cuja inexistência de similaridade será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas e equipamentos, com abrangência em todo o território nacional.

Cláusula segunda. Fica autorizada a não exigência do estorno do crédito do ICMS de que trata o art. 21 da Lei Complementar 87/1996, de 13 de setembro de 1996, relativo às operações abrangidas pela isenção prevista neste convênio.

Cláusula terceira. A fruição dos benefícios de que trata este Convênio fica condicionada à comprovação do efetivo emprego das mercadorias e bens na construção, manutenção ou operação das redes de transportes públicos sobre trilhos de passageiros que se refere a cláusula primeira, na forma e nas condições estabelecidas pela legislação interna.

Cláusula quarta. Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

EDITAL DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013

b)DECRETO Nº 58.618, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO,
no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Convênio ICMS-94, de
28 de setembro de 2012,

Decreta:

Artigo 1º - Fica acrescentado o artigo 160 ao Anexo I do Regulamento do
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de
Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS,
aprovado pelo Decreto 45.490, de 30 de novembro de 2000, com a seguinte redação:

"Artigo 160 (METRÔ - IMPLANTAÇÃO DA LINHA 6) - Operações
internas realizadas com bens e mercadorias destinados à implantação da Linha 6 -
Laranja da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ (Convênio ICMS-
94/12).

§ 1º - O benefício previsto neste artigo fica condicionado:

1 - à comprovação do efetivo emprego dos bens e mercadorias nas obras
referidas no "caput", conforme disciplina estabelecida pela Secretaria da Fazenda;

2 - ao credenciamento do contribuinte perante a Secretaria da Fazenda,
nos termos de disciplina por ela estabelecida.

§ 2º - Tratando-se de operação de importação:

1 - aplica-se somente a bens e mercadorias novos;

2 - fica condicionado, além do disposto no § 1º:

a) à inexistência de produto similar produzido no país, atestada por órgão
federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo com abrangência
em todo território nacional;

b) a que o desembarque e o desembaraço aduaneiro sejam realizados
em território paulista.

§ 3º - A inobservância ou o descumprimento de qualquer das condições
estabelecidas neste artigo implicará exigência integral do imposto devido, com os
acréscimos legais cabíveis desde o vencimento do prazo em que o imposto deveria ter
sido pago caso a operação não tivesse sido efetuada com isenção do ICMS.

§ 4º - Não se exigirá o estorno do crédito do imposto em relação à
mercadoria beneficiada com a isenção de que trata este artigo.



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

EDITAL DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013

§ 5º - Este benefício vigorará enquanto vigorar o Convênio ICMS-94/12, de 28 de setembro de 2012." (NR).

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor em 1º de dezembro de 2012.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de novembro de 2012

GERALDO ALCKMIN

c) PORTARIA CAT 03, DE 28 DE JANEIRO DE 2013

Disciplina o controle e as condições para a fruição da isenção do ICMS nas operações internas com bens e mercadorias destinados à implantação da Linha 6 - Laranja da Rede de Transportes Metroferroviários de São Paulo

O Coordenador da Administração Tributária, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 160 do Anexo I do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490 de 30-11-2000, expede a seguinte portaria:

Artigo 1º - Para fins de fruição da isenção do ICMS, prevista no artigo 160 do Anexo I do RICMS, incidente nas operações internas com bens e mercadorias destinados à implantação da Linha 6 - Laranja da Rede de Transportes Metroferroviários de São Paulo:

I – a sociedade de propósito específico incumbida da implantação da Linha, bem como as empresas por ela contratadas para a execução das obras ou instalação de equipamentos e sistemas deverão estar previamente credenciadas conforme disposto nos artigos seguintes;

II – as empresas contratadas pela sociedade de propósito específico referidas no inciso I deverão, adicionalmente, possuir inscrição estadual específica para a realização das operações de que trata esta portaria;

III - o estabelecimento que promover saída interna de bens ou mercadorias com destino à sociedade de propósito específico ou às empresas referidas no inciso I deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, inserindo, no campo “Informações Complementares”, a expressão “Isenção do ICMS – artigo 160 do Anexo I do RICMS”.

§ 1º - A sociedade de propósito específico ou as empresas referidas no



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

EDITAL DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013

inciso I, na hipótese de realizarem importação beneficiada nos termos do “caput”, deverão emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, inserindo, no campo “Informações Complementares”, a expressão: “Isenção do ICMS - artigo 160 do Anexo I do RICMS”, bem como o número do processo que concedeu o credenciamento previsto nesta portaria.

§ 2º - Na hipótese do § 1º, a expressão “Isenção do ICMS – artigo 160 do Anexo I do RICMS” deverá constar também na Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS.

Artigo 2º - A sociedade de propósito específico e as empresas referidas no inciso I do artigo 1º deverão apresentar pedido de credenciamento no Posto Fiscal de sua vinculação, mediante entrega dos seguintes documentos:

I - requerimento dirigido ao Diretor da Diretoria Executiva da Administração Tributária - DEAT, constando:

a) o nome empresarial, o endereço, os números de inscrição, estadual e no CNPJ, e o código da atividade econômica segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE da matriz e dos demais estabelecimentos filiais localizados em território paulista;

b) descrição, clara e concisa, do objeto do pedido;

c) a data e a assinatura do contribuinte, sócio, diretor ou representante legal;

II - declaração quanto à existência ou não de procedimento fiscal contra o requerente;

III – relação dos débitos fiscais pendentes, informando:

a) relativamente àqueles reclamados por meio de auto de infração, o número do auto de infração, o período, a referência, o valor, bem como existência ou não de defesa ou recurso apresentado na esfera administrativa ou judicial;

b) a existência de parcelamento deferido, celebrado e o estágio em que se encontra;

IV - em relação aos produtos que serão importados, laudo técnico que comprove a inexistência de similar produzido no país e a compatibilidade de aplicação dos produtos na implantação da Linha 6 - Laranja da Rede de Transportes Metroferroviários de São Paulo, elaborado por entidade representativa do setor;

V - procuração outorgada ao representante legal, quando o requerente estiver representado.

Parágrafo único - O requerimento será formulado em 3 (três) vias, que terão a seguinte destinação:



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

EDITAL DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013

- 1 - a 1ª via formará o processo;
- 2 - a 2ª via será arquivada no Posto Fiscal;
- 3 - a 3ª via será devolvida ao requerente com o correspondente número de protocolo.

Artigo 3º - O chefe do Posto Fiscal de vinculação do requerente deverá:

I - examinar o cumprimento dos requisitos exigidos, manifestando-se conclusivamente quanto à existência ou não de:

- a) ação fiscal contra o requerente;
- b) débitos inscritos ou não na Dívida Ativa;

II - informar o estágio de eventual ação fiscal na data da protocolização do pedido de credenciamento;

III - instruir o processo com os documentos relativos à pesquisa efetuada;

IV - encaminhar o processo ao Delegado Regional Tributário, para sua manifestação e encaminhamento à Diretoria Executiva da Administração Tributária - DEAT para decisão.

Artigo 4º - A decisão da Diretoria Executiva da Administração Tributária - DEAT será:

I - notificada ao requerente;

II - publicada mediante extrato do despacho de concessão do credenciamento.

Artigo 5º - A critério da Diretoria Executiva da Administração Tributária - DEAT, o credenciamento poderá ser alterado, revogado, cassado ou suspenso, hipótese em que serão adotadas as providências previstas no artigo 4º.

Artigo 6º - Da decisão que indeferir o pedido ou determinar a alteração, revogação, cassação ou suspensão do credenciamento caberá recurso, sem efeito suspensivo, dirigido à Coordenadoria da Administração Tributária - CAT, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência da decisão.

Artigo 7º - A Secretaria da Fazenda manterá cadastro atualizado dos credenciados nos termos desta portaria, para consulta pública, no endereço eletrônico: www.fazenda.sp.gov.br.

Artigo 8º - Sem prejuízo das verificações fiscais e, quando couber, da exigência do imposto devido, a comprovação do emprego dos bens e mercadorias nas obras de implantação da Linha 6 - Laranja da Rede de Transportes Metroferroviários de São Paulo deverá ser feita pela sociedade de propósito específico ou pelas empresas referidas no inciso I do artigo 1º, conforme o caso, mediante:



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja

EDITAL DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013

I - arquivo digital da Escrituração Fiscal Digital - EFD enviado à Secretaria da Fazenda;

II - laudo técnico, elaborado a cada 6 (seis) meses, dispondo, em relação a todas as operações amparadas pela isenção a que se refere o “caput” do artigo 1º, as respectivas quantidades de mercadorias e bens:

- a) existentes no estoque inicial, remanescentes do período anterior;
- b) adquiridos no período;
- c) utilizados efetivamente na obra;
- d) utilizados em finalidade diversa da prevista na alínea “c”;
- e) existentes no estoque final do período.

Parágrafo único – O laudo técnico deverá:

1 – ser expedido por empresa de reputação idônea ou engenheiro que possua junto ao órgão competente registro que o habilite a exercer tal atividade;

2 – ser entregue no Posto Fiscal de vinculação do estabelecimento;

3 – demonstrar, por meios técnicos, a compatibilidade do emprego, inclusive em relação à quantidade, dos bens e mercadorias na obra.

Artigo 9º - A inobservância ou o descumprimento de qualquer das condições estabelecidas nesta portaria implicará exigência integral do imposto devido, com os acréscimos legais cabíveis desde o vencimento do prazo em que o imposto deveria ter sido pago, caso a operação não tivesse sido efetuada com isenção do ICMS.

Artigo 10 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.